

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE

Notas Explicativas da Administração às

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2018 e de 2017

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGEFEPE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGEFEPE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2018, data de encerramento do semestre, e comparadas com o mesmo período de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2018 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipo de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2018 e 2017 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Jun/2018	Jun/2017
Curto Prazo (para negociação)		16.892	34.880
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	16.892	34.880
Longo Prazo (mantido até o vencimento)			
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	3.837	3.576
TOTAL		20.729	38.456

4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	30.06.2018				30.06.2017			
	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Setor Privado								
Outros Serviços	1.078	739	17.693	19.510	327	1.354	7.330	9.011
Set publ municp	-	5	-	5				
Indústria	15	28	8.235	8.278	395	51	3.662	4.108
Comércio	106	340	4.067	4.514	33	19	3.574	3.626
Rural	-	-	-	-	-	16	-	16
Pessoa Física	446	247	15	708	162	18	23	203
Subtotal	1.645	1.359	30.010	33.015	917	1.458	14.589	16.964

Vencido

	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Setor Privado								
Serviço	1.733	434	4	2.171	71	75	2.272	2.418
Indústria	142	248	16	406	4	202	358	564
Comércio	441	190	7	638	175	10	324	509
Rural	-	-	7	7	-	-	10	10
Pessoa Física	174	76	42	292	54	20	9	83
Subtotal	2.490	948	76	3.514	304	307	2.973	3.584

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER

Nível de risco	30.06.2018					30.06.2017	
	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	583	649	8.335	9.567	0,50%	48	34
B	1.062	682	17.735	19.480	1,00%	195	78
C	-	27	2.708	2.735	3,00%	82	51
D	-	-	-	-	10,00%	-	39
E	-	1	116	117	30,00%	35	39
F	-	-	-	-	50,00%	-	-
G	-	-	730	730	70,00%	511	-
H	-	-	386	386	100,00%	386	227
Total	1.645	1.359	30.010	33.015		1.257	468

VENCIDO

Nível de risco	30.06.2018					30.06.2017	
	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	322	-	-	322	0,50%	2	1
B	361	-	-	361	1,00%	4	1
C	299	-	-	299	3,00%	9	5
D	129	624	-	753	10,00%	75	5
E	1.379	52	-	1.431	30,00%	429	3
F	-	260	-	260	50,00%	130	1.005
G	-	12	-	12	70,00%	8	47
H	-	-	76	76	100,00%	76	1.006
Total	2.490	948	76	3.514		733	2.073

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos semestres:

	2018	2017
Saldo no Início do exercício	1.969	5.068
Adições	424	1.055
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(390)	(282)
Reversões	(46)	(1.544)
Baixa	34	(1.756)
Saldo no Final do semestre	1.991	2.541

5. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos e outros valores e bens, referem-se a ativos recuperáveis, sendo representados por "Impostos e Contribuições a Compensar" - IRPJ e CSLL, "Devedores Diversos - Cobrança a Processar" e Despesas Antecipadas, conforme demonstrado a seguir:

	jun/18	jun/17
Impostos e Contribuições a Compensar	18	15
Devedores Diversos - País	31	47
Despesas Antecipadas	26	51
Serviços Prestados a Receber	61	10
Adiantamentos e Antecipações Salariais	10	12
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2	1
	149	136

6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2018
PERMANETE	603	(326)	-	277
<u>Imobilizado de Uso</u>	185	(18)	-	167
Móveis e Equipamentos de Uso	395	3	-	398
Aparelho de Refrigeração	50	-	-	50
Máquinas e Equipamentos	56	-	-	56
Mobiliários	289	3	-	292
Sistema de Processamento de Dados	358	-	-	358
Sistema de Processamento de Dados	358	-	-	358
(Depreciação e Amortização)	(568)	(22)	-	(589)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso	(219)	(20)	-	(239)
(-) Aparelho de Refrigeração	(28)	(2)	-	(30)
(-) Máquinas e Equipamentos	(31)	(3)	-	(34)
(-) Mobiliários	(160)	(14)	-	(174)
(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. de Dados	(349)	(2)	-	(351)
(-) Sistema De Proc. De Dados	(349)	(2)	-	(351)
<u>Intangível</u>	418	(307)	-	110
Licença De Uso De Software	1.436	4	-	1.440
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(1.018)	(311)	-	(1.329)

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2018, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "*impairment*" na AGEFEPE.

7. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, classificados no Passivo Circulante e Longo Prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
a) Obrigações por Repasses – BNDES	3.729	4.000
b) Obrigações por Repasses-FINEP	1.714	3.606
c) Obrigações por Repasses – BNB	849	999
	6.292	8.605

- a) Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- b) Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- c) Os Recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.

Obs: Todos são financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, com exceção de um cliente do FINEP.

8. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição, principalmente, para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	jun/18	jun/17
INSS	49	51
IRRF	19	21
COFINS	26	25
FGTS	11	10
IOF	36	28
PIS	4	4
ISS	4	3
TOTAL	149	142

9. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de junho/2018 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do semestre, e outros credores.

	jun/18	jun/17
Provisão Outras Despesas Administrativas	245	274
Provisão de Férias e Encargos	294	269
Credores Diversos	160	152
TOTAL	699	695

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas esta assim constituído:

	2018		2017	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	65.410.010	100,00%	65.410.010	100,00%

11. Despesa de Pessoal e Honorários

	1º Sem. 2018	1º Sem. 2017
Ordenado e Representação	560	524
INSS	252	248
Honorários	289	341
Alimentação	144	103
Férias	99	88
FGTS	72	70
13º Salário	65	67
Outras	14	39
	1.495	1.480

12. Outras Despesas Administrativas

	1º Sem. 2018	1º Sem. 2017
Manutenção e Conservação	73	59
Processamento de Dados	38	163
Publicações	106	89
Serviços de Terceiros	79	79
Serviços Técnicos Especializados	910	1.011
Aluguéis	165	165
Comunicação	38	38
Serviços de Vigilância	93	98
Serviços Financeiros	48	43
Tributaria e Outras	111	123
	1.661	1.868

13. Divulgação sobre Partes Relacionadas

Nos semestres de 2018 e 2017, a AGEFEPE não teve nenhuma operação com partes relacionadas.

14. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGEFEPE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

Severino Emanuel Mendes da Rocha
DIRETOR PRESIDENTE

Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Alberto Sabino Santiago Galvão
DIRETOR DE NEGOCIOS

Teótimo Soares de Almeida
CONTADOR - CRC/PE Nº 022.654/O-0